

Processo nº 02500/014806/2017

Interessado: SEMEC

Assunto: Análise e pronunciamento das peças recursais – Pregão Eletrônico nº 003/2019

Destinatário: ARSER

À Pregoeira

Sra. Divanilda Guedes de Farias

Em atenção a seu Ofício datado de 12 de março de 2019, solicitando a esta Comissão Técnica para que efetue análise e pronuncie-se acerca do recurso administrativo apresentado pela empresa Eicon Controles Inteligentes de Negócios Ltda, referente ao Pregão Eletrônico nº 003/2019, Processo Administrativo nº 02500/014806/2017, vimos por meio deste documento esclarecer as questões relacionadas aos aspectos técnicos que envolvem a Prova Conceito realizada no dia 06 de fevereiro de 2019.

1 – DA PREPARAÇÃO PARA DEMONSTRAÇÃO

No que se refere à Preparação para Demonstração do Anexo I A do Termo de Referência – Roteiro da Prova de Conceito dos Requisitos Funcionais, especialmente o item 1.1, muito embora todos os seus subitens (alíneas “a” a “j”) tenham sido efetivamente executados por ocasião da demonstração durante a realização da Prova Conceito, conforme *prints screens* das respectivas telas que se encontram em anexo aos autos do processo, entende esta Comissão Técnica que o mencionado item não se encontra vinculado aos itens de atendimento obrigatório relacionados no item 2 (Modo de Demonstração), conforme consta no preâmbulo do referido anexo, abaixo transcrito:

“Para esta etapa, serão avaliados os requisitos funcionais do Anexo I com a classe “IMEDIATO”. A empresa participante desta prova de conceito DEVERÁ ATENDER todos os itens desta prova de conceito.” (grifos nossos).

Assim, observa-se que o item 1.1 do Modo de Preparação para Demonstração não exige que as empresas cadastradas, conforme critérios estabelecidos nas suas alíneas “a” a “j”, sejam necessariamente utilizadas quando da realização da Prova Conceito em si, sendo necessário apenas que a empresa demonstre que o Sistema ofertado encontra-se apto a permitir o cadastramento de empresas obedecendo tais critérios, o que foi plenamente atendido, no entender desta Comissão Técnica.

Há que se destacar ainda que é irrelevante para o fim pretendido, qual seja o de avaliar o Sistema ofertado, se a operação de cadastramento de empresas a que se refere este item e seus subitens se dá mediante preenchimento manual dos campos exigidos para cadastro ou por meio de busca de dados em uma base de dados preexistente, operação denominada de “credenciamento” pela recursante, como forma de tentar desvirtuar o cumprimento deste item pela empresa DSF – Desenvolvimento de Sistemas Fiscais Ltda.

Ainda em relação ao item **Preparação para Demonstração**, constante no Anexo I A do Termo de Referência, no que se refere ao seu item 1.2, não procedem as alegações da recursante, vez que na Prova Conceito foram efetivamente demonstradas as alterações de enquadramento e de dados cadastrais, conforme resta evidenciado nos *prints screens* das telas, os quais se encontram em anexo aos autos do processo.

2 – DOS ITENS PERTINENTES AO MODO DE DEMONSTRAÇÃO

Quanto ao **item 1.1** do Modo de Demonstração, esta Comissão Técnica entende que são improcedentes as alegações tecidas pela recursante, haja vista que foi devidamente demonstrada a exclusão da liberação do acesso ao Sistema para um determinado usuário e, concluído este procedimento, verificou-se que o referido usuário encontrava-se impossibilitado de acessar o Sistema, ou seja, não mais detinha permissão de acesso ao mesmo. A funcionalidade de exclusão a que se refere este item encontra-se devidamente comprovada por meio de *print screen* da tela, em anexo aos autos do processo.

No que se refere ao **item 1.2**, conforme já demonstrado neste documento (ver item 1 – DA PREPARAÇÃO PARA DEMONSTRAÇÃO), reiteramos que é dispensável que as empresas cadastradas conforme critérios estabelecidos no tópico “Preparação para Demonstração”, em seu item 1.1, alíneas “a” a “j” sejam utilizadas quando da realização da Prova Conceito propriamente dita, sendo necessário apenas que se demonstre que o Sistema permite o cadastramento de empresas obedecendo tais critérios, não afetando a funcionalidade do Sistema. A despeito disso, oportuno destacar que o item 1.2 em si foi efetivamente demonstrado, conforme evidenciado pelos *prints screens* das telas pertinentes, os quais se encontram em anexo aos autos do processo.

Quanto ao **item 2.4**, a Comissão Técnica entende serem desarrazoadas as alegações da recursante, pois a descrição da funcionalidade exigida no referido item é:



“O sistema deverá possibilitar consulta e impressão das NFS-e recebidas.”
(grifos nossos).

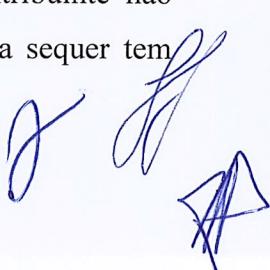
Assim, apenas e tão somente necessário demonstrar as funcionalidades de consulta e impressão das NFS-e recebidas de prestadores de serviços, como de fato o fez a empresa executante da Prova Conceito, não importando em qual momento tais documentos fiscais tenham sido emitidos.

Quanto ao **item 2.6**, a empresa vencida no certame alega basicamente que (1) não foi apresentada a estrutura da NFS-e, de acordo com o modelo ABRASF, sendo apenas visualizado o relatório (formulário) da Nota Fiscal e (2) o Sistema exige a cidade do intermediário do serviço, campo inexistente no Padrão ABRASF.

Em relação à primeira alegação, a Comissão Técnica destaca que não consta no item 2.6 a exigência de que seja apresentada a estrutura interna da NFS-e, bastando demonstrar que os campos dispostos na mesma (em seu formulário impresso) atendem o Padrão ABRASF, versão mínima 2.02 ou superior, exigência esta que foi plenamente atendida, conforme atesta o documento em formato “pdf”, impresso durante a apresentação da Prova Conceito e que se encontra em anexo aos autos do processo.

Já quanto a segunda alegação, observa esta Comissão Técnica que a recursante se equivocou ao afirmar que o campo cidade do intermediário do serviço seria inexistente no Padrão ABRASF, pois de acordo com o Modelo Conceitual da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – versão 2.03, datada de Fevereiro/2016, estabelecido pela ABRASF e publicado no endereço eletrônico http://www.abrasf.org.br/arquivos/publico/NFS-e/Versao_2.03/NFS-e_Modelo_Conceitual_versao_2.03_alteracoes.pdf, pode-se verificar em sua página nº 23 a disposição do item “CidadeIntermediario” como sendo de preenchimento não obrigatório, mas que deve constar na NFS-e. Como o item 2.6 exige que a NFS-e deva atender a **versão mínima 2.02 ou superior** e a funcionalidade questionada encontra-se prevista na versão 2.03 do Padrão ABRASF, ou seja, **versão superior à 2.02**, conclui-se irrefutavelmente que também não houve desatendimento quanto a este quesito obrigatório.

No que se refere ao **item 2.14**, destaca a Comissão Técnica que houve a demonstração de que somente após o prévio cadastro no Sistema de NFS-e e deferida a autorização para a emissão de NFS-e avulsa é que o contribuinte não inscrito no cadastro mobiliário tem acesso à funcionalidade de emissão da mesma. Foi demonstrado inclusive que o contribuinte não inscrito no cadastro mobiliário, sem possuir as credenciais de usuário e senha sequer tem acesso ao Sistema para emissão de NFS-e avulsa.



Quanto da demonstração do **item 2.15**, ao contrário do que alega a recursante, restou evidenciado para a Comissão Técnica de que somente após o recolhimento do valor do ISSQN é que a NFS-e avulsa a que ele se refere pode ser emitida com os respectivos dados previamente preenchidos no Sistema, ou seja, foi demonstrado que, enquanto não ocorrer o pagamento do ISSQN, não é possível emitir a NFS-e avulsa a ele pertinente.

No que se refere ao **item 2.16**, a Comissão Técnica entende que houve a demonstração de que o Sistema apresentado permite que o contribuinte o acesse de forma remota (online) para emissão da NFS-e avulsa, sendo totalmente improcedentes as razões apresentadas pela recursante.

Quanto ao **item 3.1**, o Anexo I A do Termo de Referência exige que o arquivo de RPS deverá ser em formato XML e seguir um “layout pré-definido”, ou seja, os arquivos de RPS devem funcionar obedecendo um padrão pré-definido. Assim sendo, esta Comissão solicitou ao Diretor Tributário da SEMEC que entrasse em contato com a Associação Brasileira dos Secretários de Finanças das Capitais – ABRASF para elucidar qual seria o padrão exigido para o funcionamento dos arquivos de RPS, tendo recebido a seguinte resposta por e-mail:

Assunto:Re: RPS - ABRASF
Data:26/02/2019 16:01
De:André Macêdo - ABRASF <andre.macedo@abrasf.org.br>
Para:Alexandre Lopes <albuquerque-lopes@g.com.br>; ABRASF Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais <abrasf@abrasf.org.br>; Kristiane Eutáquio <kristiane@abrasf.org.br>

Olá Alexandre,

Boa tarde!

Conforme conversamos por telefone, na minha visão, considerando a versão 2.04 da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) da ABRASF não existe necessariamente um modelo de Recibo Provisional de Serviços (RPS) padronizado. Digo isso pelo fato de que o RPS é um documento apartado dentro do sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, gerado fora do seu ambiente. Entretanto, o que se tem previsto no modelo ABRASF de NFS-e é que o RPS faz parte do modelo conceitual, a partir do momento que é observado que, através de um processo assíncrono, deve ser feita a conversão do referido documento em NFS-e nos moldes que são indicados pelo Modelo Conceitual de NFS-e.

Ou seja, na minha visão, se entendi bem a pergunta, não existe um modelo necessariamente desenhado para o RPS, mas ele é parte integrante de todo o modelo conceitual da NFS-e.

Qualquer dúvida, por favor, entra em contato que posso te ajudar!

Atenciosamente,

André Luis Macêdo | Assessor Técnico
andre.macedo@abrasf.org.br



Associação Brasileira dos Secretários de Finanças das Capitais
S/N Quadra 01 - Bloco F Edifício Vision - Sala 502
Brasília - DF CEP 70.701-060
Tel: (61) 3223-1512 / (61) 98896-1710

Imagen 1 – Resposta ao questionamento acerca do layout do arquivo de RPS.
Fonte: E-mail recebido pelo Diretor Tributário da SEMEC.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "J. J. P." followed by a stylized initial.

Conforme se pode verificar, a resposta ao referido questionamento, emitida pelo Sr. André Luis Macêdo – Assessor Técnico da ABRASF, foi no sentido de que “*não existe necessariamente um modelo de Recibo Provisório de Serviços (RPS) padronizado*”, vez que “*o RPS é um documento apartado dentro do sistema da Nota Fiscal de Serviço eletrônica, gerado fora de seu ambiente*”, mas que ele “*faz parte do modelo conceitual*”, na medida em que “*através de um processo assíncrono, deve ser feita a conversão do referido documento em NFS-e nos moldes que são indicados pelo Modelo Conceitual de NFS-e*”.

A despeito da celeuma criada pela recursante, entende esta Comissão que foi devidamente demonstrada a funcionalidade de conversão de RPS em Nota Fiscal de Serviços eletrônica, por meio de arquivo XML, exigida no item 3.1 do Anexo I A do Termo de Referência.

Em relação ao **item 3.2**, a Comissão Técnica informa que, de acordo com o que consta no TR, a exigência é no sentido de que seja exibido um relatório de inconsistências. Durante a realização da Prova de Conceito, foi apresentado um relatório com os erros ocorridos na recepção de arquivos de RPS, como apresentado na imagem abaixo:

Erros ocorridos no lote 11314086

TIPO	ERRO	DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTO	RPS	Série
Erro	218	RPS ja processado. O RPS nao podera ser enviado novamente.O RPS 24 foi enviado anteriormente no lote 11314085.	O RPS enviado no lote já foi convertido em nota em outro lote enviado anteriormente.	24	99
Erro	335	Número do RPS deve ser subsequente ao anterior enviado. Foi enviado o RPS 24 para ser convertido, porém o próximo RPS deve ser o 26 na Série de Prestação 99.	O número do primeiro RPS do lote deve ser subsequente número do último RPS convertido em nota. Os números dos demais RPS do lote devem estar subsequentes a este.	24	99
Erro	218	RPS ja processado. O RPS nao podera ser enviado novamente.O RPS 25 foi enviado anteriormente no lote 11314085.	O RPS enviado no lote já foi convertido em nota em outro lote enviado anteriormente.	25	99

Imagen 2 - Relatório de inconsistências geradas.

Fonte: Print Screens das telas no momento da realização da Prova de Conceito.

Quanto ao **item 3.3**, conforme explicado anteriormente (resposta ao item 3.1), entende esta Comissão Técnica que é prescindível o RPS seguir um padrão ABRASF, porém deve ser estruturado em um padrão pré-definido que atenda o Modelo Conceitual da NFS-e. Sendo assim, o relatório de erros foi apresentado na realização da Prova de Conceito, possibilitando sua impressão, conforme imagem a seguir:



Erros ocorridos no lote 11314087

Imagen 3 - Relatório de erros gerados.

Fonte: *Print Screens* das telas no momento da prova de conceito.

No que se refere ao **item 4.1**, a Comissão Técnica entende que as funcionalidades exigidas nesse item foram atendidas na realização da Prova de Conceito, porém reconhece que de forma insatisfatória.

Primeiramente, cumpre esclarecer que uma empresa desobrigada da emissão de Nota Fiscal de Serviços não se encontra impedida de fazê-lo, fato que definitivamente não configura desatendimento às funcionalidades exigidas no referido item

Entretanto, a Comissão Técnica reconhece que, na demonstração da escrituração de serviço prestado por empresa optante do Simples Nacional, o sistema indevidamente calculou o valor de ISSQN, fato esse que passou despercebido por esta Comissão durante a realização da Prova de Conceito, assim como a necessidade de zerar no sistema a alíquota para que não fosse calculado o valor de ISSQN, quando da demonstração do ISSQN fixo, do ISSQN por estimativa e de serviço envolvendo isenção de imposto.

Já quanto ao idioma do campo hora e minuto na escrituração fiscal se encontrar em inglês, entende esta Comissão Técnica que, a despeito do item 19, alínea “e” do TR prever expressamente que “*a solução deverá estar configurada no idioma português falado no Brasil*”, a suposta incongruência apontada pela recursante de forma alguma prejudica o/

entendimento geral e a usabilidade da ferramenta apresentada. E essa é a verdadeira razão para tal exigência se encontrar disposta no TR, pois quando se exige que o sistema seja configurado no idioma Português é para que não apareça um sistema totalmente escrito em outro idioma, deixando-o complexo por falta de entendimento de sua operacionalidade. Neste caso, o sistema apresentado foi totalmente comprehensível por parte dos membros desta Comissão.

Quanto ao **item 4.4**, a Comissão Técnica entende que as funcionalidades exigidas no referido item foram atendidas na prova de conceito, não havendo qualquer exigência no TR/Prova de Conceito quanto a necessidade de “aceite” pelo órgão público, como foi apontado pela recursante.

No que se refere ao **item 4.5**, a Comissão Técnica entende que as funcionalidades exigidas no referido item foram atendidas na Prova de Conceito. Neste caso, para efeitos de **demonstração** foi utilizado o cadastro de uma empresa “Toledo & cia Ltda” como sendo um condomínio (adaptação), conforme imagem abaixo,

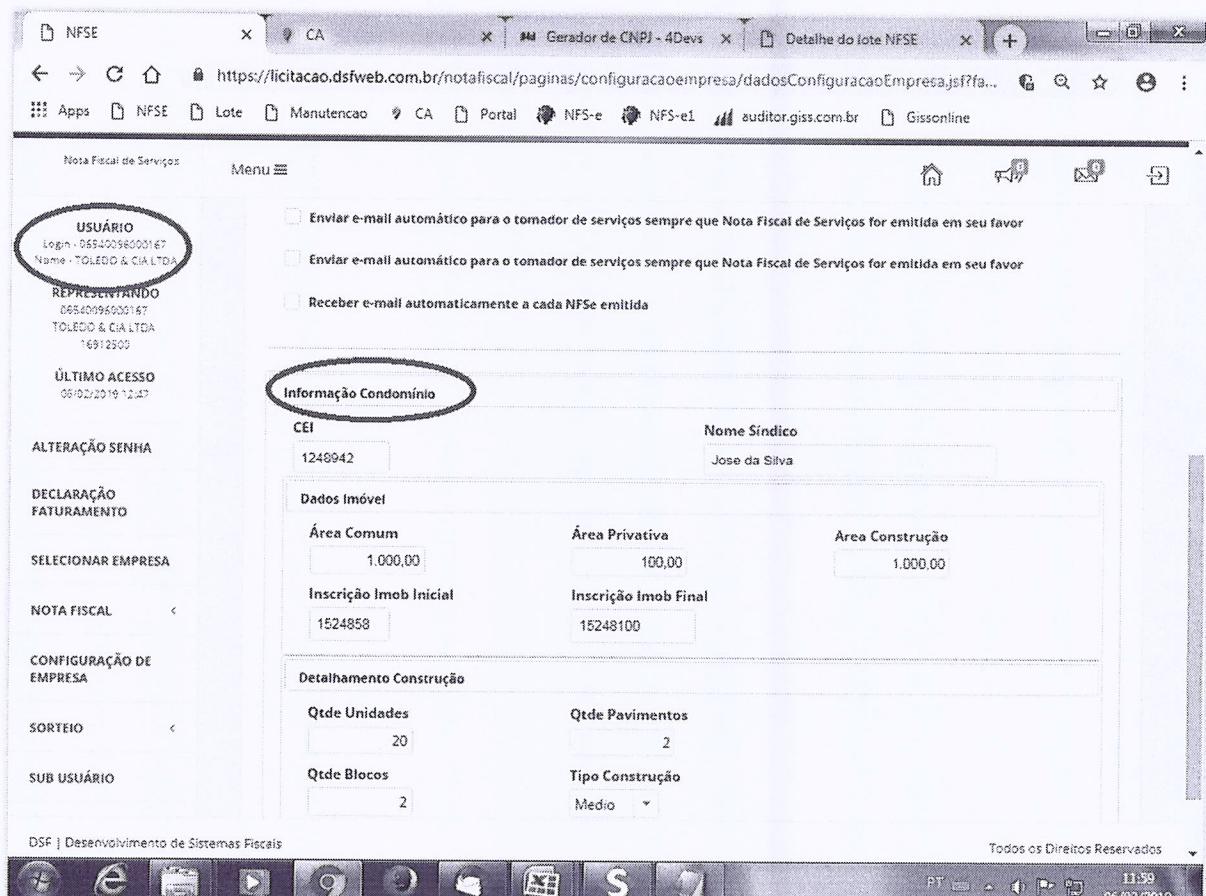


Imagen 4 – Cadastro de um condomínio.

Fonte: Print Screens das telas no momento da prova de conceito.

A exigência prevista no item 4.5 da Prova de Conceito foi plenamente atendida, havendo a demonstração do lançamento do serviço tomado, comprovado pela imagem abaixo:

The screenshot shows a web-based application interface for managing service declarations. On the left, there's a sidebar with various menu items like 'USUÁRIO', 'REPRESENTANDO', 'ÚLTIMO ACESSO', 'ALTERAÇÃO SENHA', 'DECLARAÇÃO FATURAMENTO', 'SELEÇÃO EMPRESA', 'NOTA FISCAL', 'CONFIGURAÇÃO DE EMPRESA', 'SORTEIO', and 'SUB USUÁRIO'. The main area is titled 'Atividade' and shows a list of services. One service is selected: '0705 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fique sujeito ao ICMS)'. Below this, there's a table for 'Local Incidência' with columns for 'Local da Prestação', 'Utilização' (set to 'Simples Nacional'), 'Tributável', 'Valor Dedução' (0.00), 'Dedução', 'Grupo' (A), and 'Itens' (S). There's also a section for 'Obra' and 'Dados da Nota Fiscal' which includes fields for 'UF' (AL), 'Município' (Macapá), 'Data Emissão' (06/02/2019), 'Modelo/Série' (A), 'ISS Retido na Fonte' (AL), 'Número da Nota' (12457851), 'Valor Nota' (100.000,00), 'Valor Serviço' (100.000,00), 'Alíquota' (2,00), and 'Imposto Substituído' (2.000,00). At the bottom, there's a URL: <https://licitacao.dsweb.com.br/notafiscal/paginas/servicotomado/dadosDeclaracaoServicoTomado.jsf?faces-redirect=true#> and a copyright notice: 'Todos os Direitos Reservados'.

Imagen 5 – Lançamento de serviço tomado sujeito a substituição tributária.

Fonte: Print Screens das telas no momento da prova de conceito.

Em relação ao item 5.2, esta Comissão analisou o código de barras presente na guia (imagem 6) correlata à NFS-e, gerada na demonstração da Prova de Conceito, confrontando tal codificação com os aspectos definidos no manual da FEBRABAN (imagem 7).

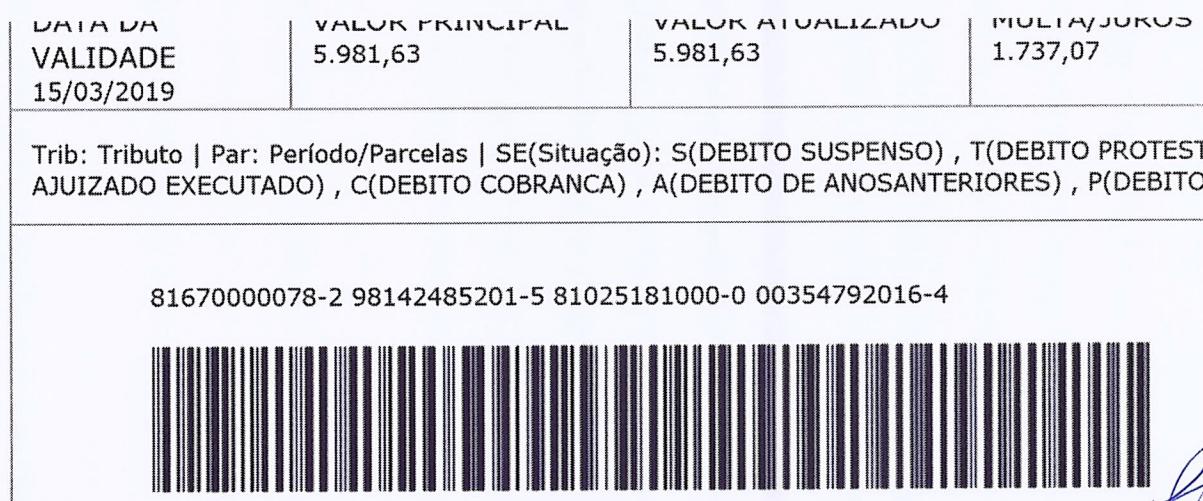


Imagen 6 - Código de barras da nota gerada pelo sistema na prova de conceito.

Fonte: Print screens das telas no momento da prova de conceito.



817700000000 0 01093659970 2 41131079703 9 00143370831 8



04 - CONTEÚDO DO CÓDIGO DE BARRAS NOS DOCUMENTOS

LAY OUT

POSIÇÃO	TAMANHO	CONTEÚDO
01 – 01	1	Identificação do Produto
02 – 02	1	Identificação do Segmento
03 – 03	1	Identificação do valor real ou referência
04 – 04	1	Dígito verificador geral (módulo 10 ou 11)
05 – 15	11	Valor
16 – 19	4	Identificação da Empresa/Órgão
20 – 44	25	Campo livre de utilização da Empresa/Órgão

Imagen 7 - Layout definido para geração do código de barras no padrão FEBRABAN.

Fonte: https://cmsportal.febaban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Layout%20-%20Código%20de%20Barras%20-%20Versão%205%20-%2001_08_2016.pdf, Página 6.

Sendo assim, para recebimento em qualquer agência bancária, a NFS-e gerada no sistema apresentado é compatível com o padrão FEBRABAN, sendo totalmente desarrazoadas as supostas incongruências apontadas pela recursante.

No que se refere ao item 5.3, foi demonstrada a possibilidade de alterar a data de vencimento da guia de pagamento e sua prorrogação de vencimento de pagamento em atraso. Nessa situação, o sistema calculou o valor da multa e dos juros, bem como o valor do ISS atualizado, o que obviamente inclui o valor lançado acrescido de atualização monetária (quando houver), conforme imagem abaixo:



Secretaria Municipal de Economia
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS



GUIA DATM 466266		NÚMERO INTERNO			DATA EMISSÃO 04/02/2019	
INSCRIÇÃO MUNICIPAL 16909400		CONTRIBUINTE SITGEN - SISTEMAS DE GESTAO EMPRESARIAL DE NEGOCIOS LTDA				
CPF/CNPJ 06.540.979/0001-77		ENDEREÇO MOABE				
BAIRRO/LOTEAMENTO CANAA		CEP 38412430	CIDADE/UF UBERLANDIA/MG			
TRIBUTO ISS_RECOLHIDO_P RESTADOR	VENCIMENTO 17/12/2018	VALOR LANÇADO 5.981,63	VALOR ATUALIZADO 5.981,63	MULTA/JUROS/DESC 1.916,51	VALOR 5.981,63	
DATA DA VALIDADE 15/03/2019	VALOR PRINCIPAL 5.981,63	VALOR ATUALIZADO 5.981,63	MULTA/JUROS 1.737,07	DESCONTO 0,00	TX EXPEDIENTE 0,00	TOTAL 7.898,14
Trib: Tributo Par: Período/Parcelas SE(Situação): S(DEBITO SUSPENSO) , T(DEBITO PROTESTADO) , D(DEBITO INSCRITO DIVIDA ATIVA) , E(DEBITO AJUIZADO EXECUTADO) , C(DEBITO COBRANCA) , A(DEBITO DE ANOSANTERIORES) , P(DEBITO PARCELADO) , *(DEBITO ATIVA CDA)						
81670000078-2 98142485201-5 81025181000-0 00354792016-4						
Autenticação Mecânica						

Imagen 8 – Guia de pagamento gerada pelo sistema na prova de conceito.

Fonte: Print screens das telas no momento da prova de conceito.

Sendo assim esta Comissão Técnica entende que as funcionalidades exigidas no referido item foram plenamente atendidas na Prova de Conceito.

Quanto ao item 5.4, apontado pela recursante como não sendo atendido, esta Comissão esclarece que a descrição do referido item no TR/Prova de Conceito não corresponde ao procedimento de emissão de guias, recusa pelo tomador e alteração da situação da nota de retida para tributada. Na verdade, estes procedimentos são exigências do item 5.5, os quais foram plenamente atendidos na prova de conceito, conforme *print screens* das respectivas telas que se encontram acostadas nos autos do processo.

Em relação ao item 6.3, a Comissão Técnica reconhece que a funcionalidade exigida no referido item não foi satisfatoriamente atendida, uma vez que o item exige que seja emitido relatório contendo as NFS-e com operação de retenção de ISSQN e, na

demonstração da Prova de Conceito, o relatório continha NFS-e emitida por contribuinte sujeito ao regime de ISSQN fixo, ou seja, não sujeito à retenção do imposto.

No que se refere ao **item 6.4**, esta Comissão acredita que há um erro gramatical na suposta incongruência formulada pela recursante, que na verdade gostaria de dizer: "Também não foi atendido, pois **há** (verbo haver) nota não incidente na relação de notas retidas".

Com base nesta hipótese, esta Comissão informa que o referido item diz respeito à funcionalidade de o sistema permitir que sejam exportados todos os dados de consulta para arquivo eletrônico em formato PDF ou XLS. E, sendo assim, não há especificação acerca das regras de negócio sobre os dados gerados. Na verdade, o item 6.4 cuida apenas de se preocupar se a ferramenta é capaz de exportar dados sob os formatos indicados, podendo inclusive serem trabalhados (tratados) em ferramentas como Excel, conforme imagem abaixo:

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
1	lista		Data Emiss.	Data de Pagamen	Serviços	Dedução ISS	Valor Nota	ISS Retido	Tributação			
2	NFS-e	Nome do Tomador										
3	667	406.921.698-00 Bárbara Roberta	06/02/2019		10,00	0,00	0,20	10,00	Não	Tributável		
4	668	960.388.451-00 ANTONIO GUERINO ORTENCE FILHO	06/02/2019		10,00	0,00	0,20	10,00	Não	Tributável		
5	668	379.973.038-98 Valéria Nogueira	06/02/2019		500,00	0,00	10,00	500,00	Não	Tributável		
6	665	379.973.038-98 Valéria Nogueira	06/02/2019		1.000,00	0,00	20,00	1.000,00	Não	Tributável		
7	664	379.973.038-98 Valéria Nogueira	06/02/2019		200,00	0,00	4,00	200,00	Não	Tributável		
8	663	379.973.038-98 Valéria Nogueira	06/02/2019	06/02/2019	1.000,00	0,00	20,00	1.000,00	Não	Tributável		
9	33366688	379.973.038-98 Valéria Nogueira	06/02/2019		10.000,00	0,00	200,00	10.000,00	Não	Tributável		
10	33366688	379.973.038-98 Valéria Nogueira	06/02/2019		10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	Não	Não Incidente		
11	33366688	379.973.038-98 Valéria Nogueira	06/02/2019		10.000,00	0,00	281,00	10.000,00	Não	Simples Nacional		
12	33366688	379.973.038-98 Valéria Nogueira	06/02/2019		1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	Não	Isento		
13	33366688	379.973.038-98 Valéria Nogueira	06/02/2019		100,00	0,00	0,00	100,00	Não	Imune		
14	33366688	379.973.038-98 Valéria Nogueira	06/02/2019		1.000,00	0,00	28,10	1.000,00	Não	Simples Nacional		
15	33366688	379.973.038-98 Valéria Nogueira	06/02/2019		1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	Não	Fixo		
16	33366688	379.973.038-98 Valéria Nogueira	06/02/2019		1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	Não	Estimativa		
17	660	25.759.325/0001-83 FABRICA DE PREGOS TRIANGULO LTDA	05/02/2019		100,00	0,00	2,00	100,00	Sim	Tributável		
18	9955	25.759.325/0001-83 FABRICA DE PREGOS TRIANGULO LTDA	05/02/2019		100,00	0,00	0,00	100,00	Sim	Fixo		
19	9955	25.759.325/0001-83 FABRICA DE PREGOS TRIANGULO LTDA	05/02/2019		100,00	0,00	2,81	100,00	Sim	Simples Nacional		
20	661	25.759.325/0001-83 FABRICA DE PREGOS TRIANGULO LTDA	05/02/2019	05/02/2019	100,00	0,00	2,00	100,00	Sim	Tributável		
21	656	960.388.451-00 ANTONIO GUERINO ORTENCE FILHO	04/02/2019		10,00	0,00	0,20	10,00	Não	Tributável		
22	659	475.300.600-07 teste	04/02/2019		1.000,00	0,00	20,00	1.000,00	Não	Tributável		
23	657	06.685.771/0001-28 ASSAURE ASSOC DOS ARBIT DOS ESP AMAD DE UBE	04/02/2019		1.000,00	0,00	20,00	1.000,00	Sim	Tributável		
24	654	391441568-12 Maria José	04/02/2019		1.000,00	0,00	40,00	1.000,00	Não	Simples Nacional		
25	653	379.973.038-98 Valéria Nogueira	04/02/2019		1.000,00	0,00	20,00	1.000,00	Não	Simples Nacional		
26	652	391441568-12 Maria José	04/02/2019		1.000,00	0,00	40,00	1.000,00	Não	Simples Nacional		
27	651	391441568-12 Maria José	04/02/2019		1.000,00	0,00	20,00	1.000,00	Não	Simples Nacional		
28	652	04.645.659/0001-56 RD TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - EPP	04/02/2019		100,00	0,00	0,00	100,00	Não	Fixo		
29	651	25.759.325/0001-83 FABRICA DE PREGOS TRIANGULO LTDA	04/02/2019		100,00	0,00	2,81	100,00	Sim	Simples Nacional		
30	1111900	379.973.038-98 VALÉRIA NOGUEIRA DE ALMEIDA YONAH	04/02/2019		1.000,00	0,00	28,10	1.000,00	Não	Simples Nacional		
31	650	379.973.038-98 Valéria Nogueira	02/02/2019	02/02/2019	3.438,00	0,00	68,76	3.438,00	Não	Tributável		
32	649	25.759.325/0001-83 FABRICA DE PREGOS TRIANGULO LTDA	02/02/2019		150,00	0,00	3,00	150,00	Sim	Tributável		
33	648	25.759.325/0001-83 FABRICA DE PREGOS TRIANGULO LTDA	01/02/2019		1.000,00	0,00	20,00	1.000,00	Não	Tributável		
34	647	06.685.771/0001-28 ASSAURE ASSOC DOS ARBIT DOS ESP AMAD DE UBE	01/02/2019		2.000,00	0,00	40,00	2.000,00	Sim	Tributável		
35	644	406.921.698-00 Bárbara Roberta	01/02/2019		10,00	0,00	0,20	10,00	Não	Tributável		
36	645	960.388.451-00 ANTONIO GUERINO ORTENCE FILHO	01/02/2019		10,00	0,00	0,20	10,00	Não	Tributável		
37	2711	06.540.979/0001-77 SITGEN - SISTEMAS DE GESTAO EMPRESARIAL DE N	01/02/2019		1.000,00	0,00	50,00	1.000,00	Sim	Tributável		
38												
39												
40												

Imagen 9 - Dados apresentados, em formato XLS de um processo de exportação.

Fonte: Arquivo gerado e capturado (dados) no momento da prova de conceito.

Portanto, esta Comissão entende que a demonstração atende aquilo que é especificado no referido item.

No que se refere ao item 7.1, o sistema apresentado permite consultar a autenticidade da NFS-e, utilizando o código impresso na mesma, conforme imagens a seguir:

 PREFEITURA DE MACEIÓ	Prefeitura Municipal Modelo SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e		Número NFSe 0000000000000660 Data/Hora da Emissão 05/02/2019 09:51:48 Competência 05/02/2019 Código Verificação 32da707c6	
PRESTADOR DE SERVIÇOS  COMPANY MAME SISTEMAS ELETRÔNICOS			Razão Social: SITGEN - SISTEMAS DE GESTAO EMPRESARIAL DE NEGOCIOS LTDA Nome Fantasia: SITGEN CPF/CNPJ: 06.540.979/0001-77 Endereço: RUA MOABE Bairro: JARDIM CANAA Município: 3170206 - UBERLÂNDIA	Inscrição Municipal: 16909400 Número: 235 Compl.: País: CEP: 38412430 Telefone: (11) 1111-1111 UF: MG E-Mail: nfse@licitacao.dafweb.com.br
TOMADOR DE SERVIÇOS Nome/Razão Social: FÁBRICA DE PREGOS TRIÂNGULO LTDA NIF: CPF/CNPJ: 25.759.325/0001-63 Endereço: Rua 13 Bairro: Bairro Centro Município: 3170206 - UBERLÂNDIA			Número: 89 Compl.: País: CEP: 38410-237 Telefone: (11) 1111-1111 UF: SP E-Mail: nfse@licitacao.dafweb.com.br	Inscrição Municipal: 16909400
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS				
teste Barbara				
Tributável	Item	Qtd	Unitário R\$	Total
Sim	teste	1	100,00	100,00

Valores Calculados							
Valor PIS (0,0000%) 0,00	Valor COFINS (0,0000%) 0,00	Valor INSS (0,0000%) 0,00	Valor IR (0,0000%) 0,00	Valor CSLL (0,0000%) 0,00	Valor Total Tributos 0,00		
Vr. Deduções: 0,00	Desc. Cond.: 0,00	Desc. Incond.: 0,00	Vr. Crédito: 0,00	Base Cálculo: 100,00	Aliq. Serviço: 2,00	Vr. ISS: 2,00	
VALOR SERVIÇOS = R\$ 100,00			VALOR LÍQUIDO = R\$ 98,00				
Identificação do RPS							
Número	Série:	Tipo:	Data Emissão:	Status:	Nº Substituído:	Série Substituído:	
Identificação do Intermediário							
CPF/CNPJ:	Inscrição Municipal:	Nome/Razão Social:				Município:	
Identificação do Órgão Gerador			Detalhamento Específico da Construção Civil				
Código Município: 3170206 - UBERLÂNDIA	UF Município: MG	Código da Obra:			Art:		
DEMAIS INFORMAÇÕES							
Número da NFSe Substituída:				Exigibilidade de ISS:	1 - Exigível		
Município da Prestação do Serviço:	2704302 - Maceió/AL			Município Incidência:	2704302 - Maceió		
Data de vencimento do ISSQN referente a esta NFS-e:	15/03/2019			ISS Retido:	1 - Sim	Responsável Retenção:	1 - Tomador
Código NBS:	Número Processo:			País Prestação Serviço:			
Código Tributação Município:				Optante Simples Nacional:	2 - Não	Incentivo Fiscal:	2 - Não
Regime Especial Tributação:	6 - Microempresário e empresa de pequeno porte (ME EPP)						
CNAE:	631190001 - TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVI						
Item Lista Serviço:	0103 - Processamento de dados e congêneres.						
Outras Informações:							

O CREDENCIAMENTO PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA NÃO AUTORIZA O FUNCIONAMENTO DA EMPRESA

<<assinatura digital prestador>>

<<assinatura digital administracao tributaria>>

Imagen 10 – Nota fiscal a ser consultada a sua autenticidade.

Fonte: Print Screens das telas no momento da prova de conceito.



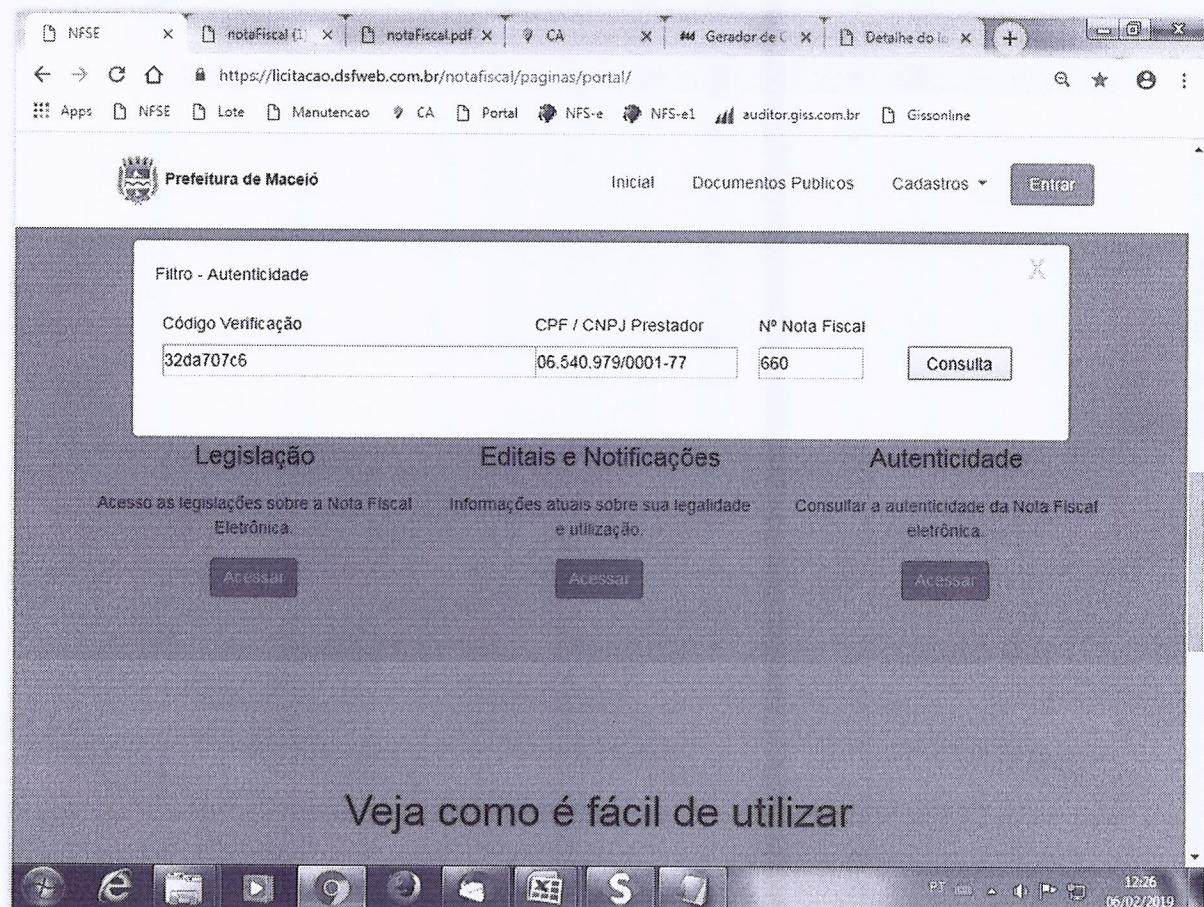


Imagen 11 – Consulta de autenticidade da Nota Fiscal Eletrônica.
Fonte: Print Screens das telas no momento da prova de conceito.

Como o TR/Prova de Conceito não exige que a demonstração da funcionalidade prevista no item 7.1 seja realizada valendo-se de NFS-e emitida durante a realização da Prova de Conceito, esta Comissão Técnica entende que o referido item foi plenamente atendido.

Quanto ao **item 8.1**, a Comissão Técnica entende que, embora tenha sido demonstrada a existência de tela de cadastro e manutenção de serviços, na qual existem os campos de parametrização da alíquota e valor de dedução da base de cálculo, conforme imagem a seguir, **não é possível afirmar categoricamente que houve o registro do parâmetro “valor de dedução da base de cálculo”, mas apenas o do parâmetro “alíquota”**:

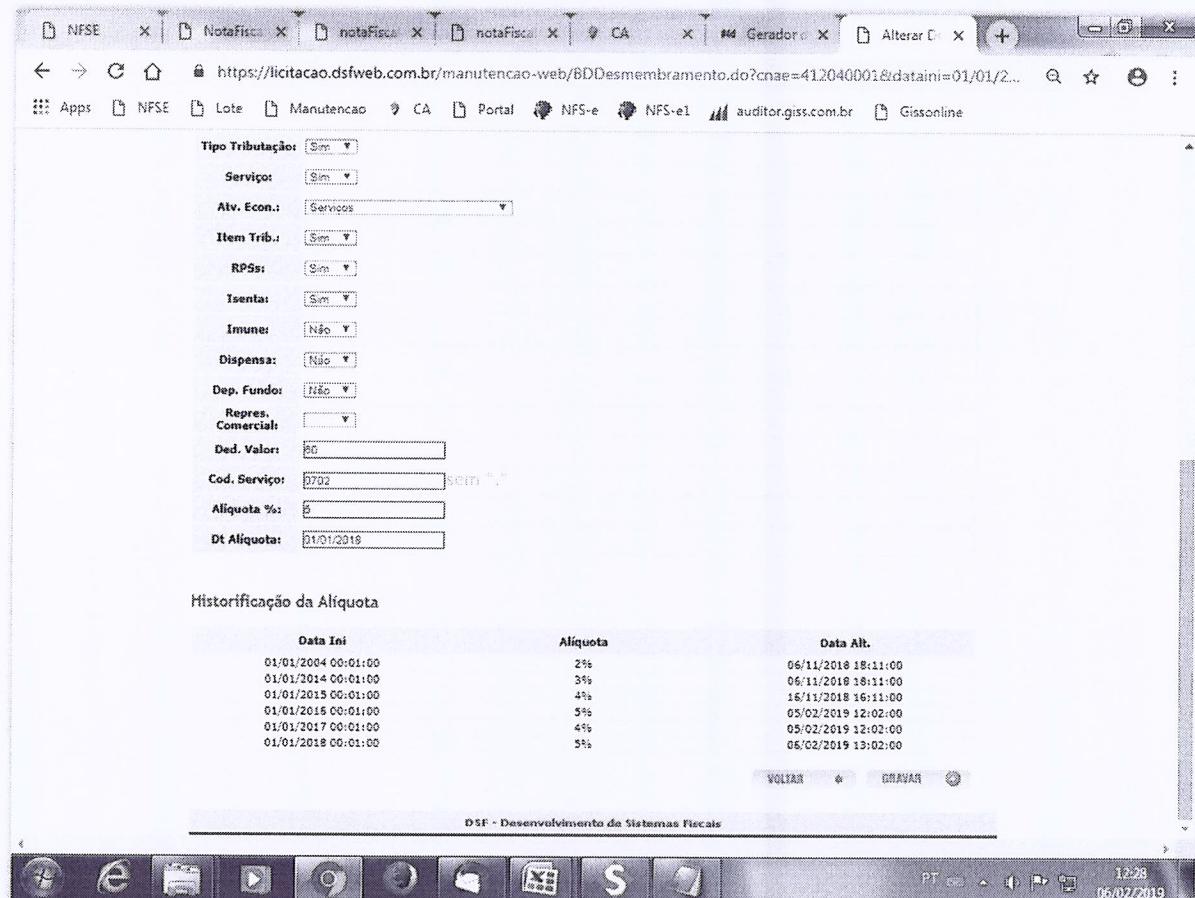


Imagen 12 – Tela de parametrização.

Fonte: Print Screens das telas no momento da prova de conceito.

Sendo assim, reconhece esta Comissão que as funcionalidades exigidas no item 8.1 não foram plenamente atendidas na realização da Prova de Conceito.

Em relação ao **item 12.2**, a Comissão Técnica entende que o sistema permite identificar a situação de cada documento de arrecadação usando-se filtros por competência, conforme comprovam as imagens a seguir:

Nota Fiscal de Serviços

Menu

USUÁRIO
Login: 065497500177
Nome: SITGEN - SISTEMAS DE GESTÃO EMPRESARIAL DE NEGÓCIOS LTDA

REPRESENTANDO
065497500177
SITGEN - SISTEMAS DE GESTÃO EMPRESARIAL DE NEGÓCIOS LTDA
16909400

ÚLTIMO ACESSO
06/02/2019 19:20

Competência
Iguai/Melhor

Status
 Paga Emitida Estornada

Tributação
 ISS Retido na Fonte ISS a Recolher pelo

Lista - Emissão Guia

	Situação	Código Guia	IM	Tipo Recolhimento	Data Emissão	Valor ISS	Valor Total	Data Vencimento	
DECLARAÇÃO FATURAMENTO	Ações	Emitida	466.292	16909400	ISS Retido na Fonte	06/02/2019	707,50	840,72	17/1;
SELECIONAR EMPRESA	Ações	Estornada	466.291	16909400	ISS Retido na Fonte	06/02/2019	707,50	934,18	17/1;
NOTA FISCAL	Ações	Emitida	466.290	16909400	ISS a Recolher pelo Prestador	06/02/2019	800,76	800,76	15/0;
CONFIGURAÇÃO DE EMPRESA	Ações	Emitida	466.289	16909400	ISS Retido na Fonte	06/02/2019	1.013,62	1.013,62	15/0;
CREDENCIAMENTO	Ações	Emitida	466.288	16909400	ISS Retido na Fonte	06/02/2019	50,00	50,00	15/0;
	Ações	Paga	466.283	16909400	ISS a Recolher pelo	06/02/2019	20,00	20,00	15/0;

DSF | Desenvolvimento de Sistemas Fiscais

Todos os Direitos Reservados

Imagen 14 – Tela de consulta de situação das guias e filtro por competência.

Fonte: Print Screens das telas no momento da prova de conceito.

Nota Fiscal de Serviços

Menu

USUÁRIO
Login: 065497500177
Nome: SITGEN - SISTEMAS DE GESTÃO EMPRESARIAL DE NEGÓCIOS LTDA

REPRESENTANDO
065497500177
SITGEN - SISTEMAS DE GESTÃO EMPRESARIAL DE NEGÓCIOS LTDA
16909400

ÚLTIMO ACESSO
06/02/2019 19:20

ALTERAÇÃO SENHA

DECLARAÇÃO FATURAMENTO

SELECIONAR EMPRESA

NOTA FISCAL

CONFIGURAÇÃO DE EMPRESA

CREDENCIAMENTO

SORTEIO

SUB USUÁRIO

Status
 Paga Emitida Estornada

Tributação
 ISS Retido na Fonte ISS a Recolher pelo Prestador

Lista - Emissão Guia

	Situação	Código Guia	IM	Tipo Recolhimento	Data Emissão	Valor ISS	Valor Total	Data Vencimento	Data de Pagamento
DECLARAÇÃO FATURAMENTO	Ações	Emitida	466.292	16909400	ISS Retido na Fonte	06/02/2019	707,50	840,72	17/12/2018
SELECIONAR EMPRESA	Ações	Estornada	466.291	16909400	ISS Retido na Fonte	06/02/2019	707,50	934,18	17/12/2018
NOTA FISCAL	Ações	Emitida	466.290	16909400	ISS a Recolher pelo Prestador	06/02/2019	800,76	800,76	15/03/2019
CONFIGURAÇÃO DE EMPRESA	Ações	Emitida	466.289	16909400	ISS Retido na Fonte	06/02/2019	1.013,62	1.013,62	15/03/2019
CREDENCIAMENTO	Ações	Emitida	466.288	16909400	ISS a Recolher pelo Prestador	06/02/2019	50,00	50,00	15/03/2019
SORTEIO	Ações	Estornada	466.269	16909400	ISS a Recolher pelo Prestador	04/02/2019	20,00	20,00	15/03/2019
SUB USUÁRIO	Ações	Emitida	466.254	16909400	ISS a Recolher pelo Prestador	04/02/2019	0,20	0,20	15/03/2019

DSF | Desenvolvimento de Sistemas Fiscais

Todos os Direitos Reservados

Imagen 15 – Tela de consulta de situação das guias sem aplicação de filtros.

Fonte: Print Screens das telas no momento da prova de conceito.

No que se refere ao **item 13.1**, a Comissão Técnica entende que as funcionalidades exigidas quanto ao dispositivo de Solicitação de Ordem de Serviço Eletrônica foram atendidas na Prova de Conceito, conforme imagens a seguir, não havendo qualquer exigência na descrição do referido item quanto aos argumentos apontados pela recursante. E sendo assim, esta Comissão fez a sua análise com base exclusivamente no texto literal a que se refere os itens 13.1, 13.2 e 13.3 da Prova de Conceito.

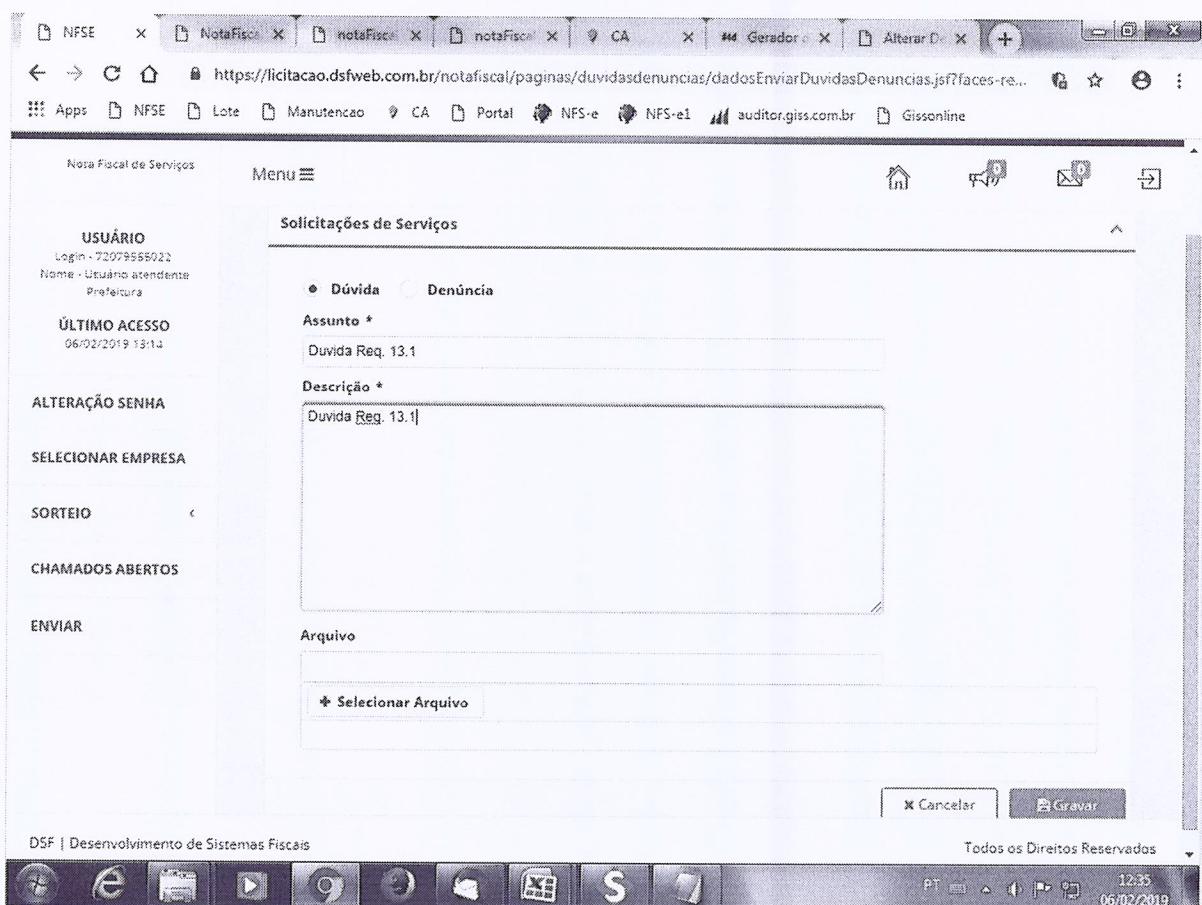


Imagen 16 – Tela de abertura de solicitação de serviços.
Fonte: Print Screens das telas no momento da prova de conceito.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "J. H. P.", is located in the bottom right corner of the page.

	Assunto	Data Abertura	Data Conclusão	Status	Tempo Gasto
ALTERAÇÃO SENHA	teste	04/02/2019 17:47	04/02/2019 17:49	RESPOSTO	0 Horas 1 Minutos
SELEÇÃO EMPRESA	Teste	05/02/2019 22:41	05/02/2019 22:43	RESPOSTO	0 Horas 1 Minutos
SORTEIO	Teste 2	05/02/2019 22:44		ENVIADO	
CHAMADOS ABERTOS	teste ok	05/02/2019 22:45	05/02/2019 22:47	RESPOSTO	0 Horas 1 Minutos
ENVIAR	Dúvida Req. 13.1	06/02/2019 13:41		ENVIADO	

(5 of 5) | 1 2 3 4 5 | 10 |

DSF | Desenvolvimento de Sistemas Fiscais | Todos os Direitos Reservados | PT | 12:36 | 06/02/2019

Imagen 17 – Tela de consulta das ordens de serviços geradas.
Fonte: Print Screens das telas no momento da prova de conceito.

Entretanto, esta Comissão reconhece que, para atender as exigências contidas nos itens 5.1.6.5.1 e 5.1.6.5.2 do TR, o dispositivo de solicitação de serviço deveria contemplar, no mínimo, as seguintes informações: número da ordem de serviço; definição e/ou especificação do pedido (serviço a ser realizado); resultados esperados do serviço; responsável pelo pedido; cronograma ou prazo de entrega. **Embora tenha sido demonstrada a funcionalidade exigida no item 13.1, esta Comissão entende que o sistema não contempla os resultados esperados do serviço, responsável pelo pedido e o cronograma ou prazo de entrega.**

Diante de tudo o que fora aqui exposto, esta Comissão reavaliou o seu posicionamento emitido na Prova de Conceito e opina pelo recebimento do recurso formulado pela empresa Eicon Controles Inteligentes de Negócios Ltda, sendo procedentes as razões apresentadas pela recursante no que se refere aos itens 4.1, 6.3, 8.1 e 13.1.

Maceió, 08 de janeiro de 2020.

Diocésar Taffarel

Fábio Henrique de Lima Soares

José Walter da Silva Júnior